



Política de Investimentos

2023 a 2027

**CP Prev – Sociedade de Previdência
Privada**

Plano de Gestão Administrativa (PGA)
Dezembro de 2022

ÍNDICE

1. FINALIDADE DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS	3
2. ALOCAÇÃO DAS RESPONSABILIDADES NA ADMINISTRAÇÃO DOS ATIVOS DA ENTIDADE	5
3. DIRETRIZES DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS, “BENCHMARKS DAS CARTEIRAS” E OBJETIVOS DE PERFORMANCE DO FUNDO	15
4. CONFLITOS DE INTERESSE E ESPONSABILIDADES	24
5. RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E PRÁTICAS DE BOA GOVERNANÇA.....	25

1. FINALIDADE DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

1.1 CP Prev – Sociedade de Previdência Privada

A CP Prev – Sociedade de Previdência Privada (Entidade), pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar instituída sob a forma de Sociedade Civil, na forma da legislação em vigor, tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, regendo-se por seu Estatuto, respectivo Regulamento, normas, instruções, planos de ação e demais atos aprovados por seu Conselho Deliberativo, e, ainda, pelas normas legais em vigor.

1.2 Constituição da Política de Investimentos

Este documento de definição da Política de Investimentos do Plano de Gestão Administrativa da CP Prev.

Funções da Política de Investimentos

Este documento estabelece a maneira como os ativos da CP Prev devem ser investidos e foi preparado para assegurar a CP Prev Entidade. Os investimentos são selecionados de acordo com os critérios e definições das seções seguintes e em acordo com a legislação em vigor, Resolução/Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.994, de 24 de março de 2022, mais especificamente em seu Capítulo 4 “Da Política de Investimento”. Este dispõe sobre parâmetros mínimos como alocação de recursos e limites, utilização de instrumentos derivativos, taxa mínima atuarial ou índices de referência do plano, as metas de rentabilidade, metodologias adotadas para o apreçamento dos ativos financeiros e gerenciamento de riscos, além dos princípios de responsabilidade socioambiental adotados.

Eventuais mudanças na legislação que possam tornar as diretrizes aqui definidas serão alteradas gradativamente de forma a evitar perdas financeiras ou exposição desnecessária a riscos. Havendo necessidade, será elaborado um plano de adequação, com os critérios e prazos para a sua execução, sempre com o objetivo de preservar os interesses do Plano.

1.3 Início da Vigência da Política de Investimentos

A data de aprovação desse documento é 1º de Dezembro de 2022 e a data do início de vigência é 1º de janeiro de 2023, sendo válida até dezembro de 2027, conforme especifica a Resolução CMN Nº 4.994.

Essa Política de Investimentos deve ser revisada pela Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho Deliberativo anualmente, ou, extraordinariamente quando da ocorrência de um fato relevante que possa influenciar qualquer uma das premissas que a norteiam.

O gestor de recursos tem até 30 dias, a partir do recebimento desta Política, para implementar as alterações propostas, salvo sob instruções específicas da **CP Prev**.

2. ALOCAÇÃO DAS RESPONSABILIDADES NA ADMINISTRAÇÃO DOS ATIVOS DA ENTIDADE

A presente Política de Investimentos é aplicável ao Plano de Gestão Administrativa da **CP Prev**.

Administradora Estatutária Tecnicamente Qualificada (AETQ) e Administradora Responsável pela Gestão de Risco (ARGR):

- Nome: Fernanda Rinco
- CPF: 152.439.018-65
- Segmento: Todos
- Período: 05/04/2026

2.1 Princípio de Governança

A **CP Prev** adota as normas e procedimentos de controles internos estabelecidos pela Resolução CGPC nº 13, em conformidade com seu porte e complexidade, entre as quais podem ser destacadas:

- A adoção de uma cultura interna que promove, entre os conselheiros, diretores e empregados da EFPC, uma conduta permanentemente pautada por padrões éticos e de integridade, orientada à defesa dos direitos dos participantes e assistidos;
- A realização de reuniões periódicas com consultores e gestores, com o objetivo de acompanhar a saúde financeira e atuarial do plano;
- O monitoramento dos diversos tipos de riscos financeiros e não-financeiros;
- A elaboração de relatórios semestrais de controles internos, aprovados pelo Conselho Fiscal, com vistas a atestar a aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos às normas em vigor, à Política de Investimentos, às premissas e hipóteses atuariais e à execução orçamentária;
- A elaboração de relatórios de Acompanhamento da Política de Investimentos, com o objetivo de averiguar a consonância dos investimentos com as diretrizes desta política.

A **CP Prev** é a administradora legal do Plano de Gestão Administrativa. As principais atribuições de cada órgão de governança da Entidade são:

2.2 Responsabilidades do Conselho Deliberativo

O Conselho Deliberativo da **CP Prev** deve:

- Aprovar a Política de Investimentos para a gestão dos recursos garantidores de seu Plano de Gestão Administrativa, no mínimo anualmente;

- Estabelecer e adotar este documento para a gestão dos recursos garantidores do Plano de Gestão Administrativa;
- Nomear Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado, para mandato por prazo conforme definido no Estatuto da Entidade;
- Se, por motivos de força maior, fora do controle do Conselho Deliberativo, o Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado se encontrar impedido de exercer suas funções, conforme determinado nesta Política de Investimentos, o Conselho Deliberativo, em reunião extraordinária, deve nomear outro Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado;
- Aprovar os limites operacionais e os intervalos de risco que poderão ser assumidos no âmbito da gestão dos recursos nas diversas modalidades de investimentos, submetidos pelo Diretor Superintendente e pela Diretoria Executiva;
- Aprovar a alienação de bens imóveis, constituição de ônus ou direitos reais sobre os mesmos e imobilização de recursos da Entidade, submetidas pelo Diretor Superintendente e pela Diretoria Executiva.

2.3 Responsabilidades do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da **CP Prev** deve:

- Avaliar, no mínimo semestralmente, os custos com a administração de recursos e realizar o acompanhamento da execução da Gestão de Recursos alinhada à Política de Investimentos e a legislação vigente, apontando os resultados que não estejam em consonância com os previstos;
- Examinar as demonstrações financeiras e os balancetes da Entidade e opinar sobre os mesmos, bem como o seu balanço geral;
- Emitir parecer sobre as demonstrações financeiras e documentação pertinente, bem como sobre contas e demais aspectos econômico-financeiros da Entidade;
- Examinar, a qualquer época, os livros e documentação da Entidade;
- Lavrar em livros e atas, pareceres e o resultado dos exames procedidos;
- Apresentar ao Conselho Deliberativo pareceres, tomando por base as demonstrações financeiras, pareceres de auditoria independente e documentação pertinente, e as contas do exercício da Entidade;
- Acusar as irregularidades eventualmente verificadas, sugerindo medidas saneadoras;
- Examinar a documentação relativa à elaboração da Política de Investimento;
- Emitir semestralmente relatórios de acompanhamento da Política de Investimento e de controles internos, de acordo com a Resolução CGPC nº 13.

2.4 Responsabilidades da Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva da **CP Prev** deve:

- Determinar o(s) Gestor(es) de Recursos a gerenciar(em) os ativos da Entidade;
- Determinar o(s) Custodiante(s) dos ativos do Plano da Entidade;
- Determinar o(s) Administrador(es) de Recursos a gerenciar(em) os ativos do Plano da Entidade;
- Averiguar se as funções de Administração, Gestão e Custódia são segregadas;
- Elaborar ou revisar a Política de Investimentos para a gestão dos recursos garantidores de seus Planos, no mínimo anualmente, e submetê-la a aprovação do Conselho Deliberativo;
- Assegurar o enquadramento dos ativos da Entidade perante a legislação vigente e propor ao Conselho Deliberativo, quando necessário, planos de enquadramento;
- Determinar as características gerais dos ativos elegíveis para a integração e manutenção no âmbito das carteiras da Entidade;
- Aprovar os procedimentos a serem utilizados na contratação ou troca de administradores ou gestores de recursos da Entidade;
- Propor os limites operacionais e os intervalos de risco que poderão ser assumidos no âmbito da gestão dos recursos garantidores da Entidade, nas diversas modalidades de investimento;
- No mínimo a cada semestre, revisar e analisar a(s) performance(s) qualitativa e quantitativa de seu(s) Gestor(es) de Recursos, incluindo:
 - Análise das taxas de retorno obtidas mediante comparação aos objetivos previamente estabelecidos;
 - Monitoramento do grau de risco assumido para o nível de retorno obtido;
- Revisão das atividades e características do(s) Gestor(es) de Recursos, conforme critérios determinados na sua(s) escolha(s).
- Determinar o(s) provedor(es) da análise de performance, consultor(es) atuarial(ais) e demais especialistas, quando necessário;
- Avaliar se os prestadores de serviço de gestão, análise e consultoria possuem registros na CVM;
- Estabelecer procedimentos claros e objetivos para o processo de investimento visando à eficiência dos custos e a obtenção de um nível de retorno ótimo dentro dos parâmetros especificados;
- Submeter os cálculos atuariais e dos planos de custeio ao Conselho Deliberativo;

- Submeter, anualmente, ao Conselho Deliberativo, a alocação estratégica de recursos;
- Submeter ao Conselho Deliberativo os limites operacionais e os intervalos de risco que poderão ser assumidos no âmbito da gestão dos recursos nas diversas modalidades de investimentos;
- Evitar condições de conflito de interesses entre todos os agentes participantes dos processos decisórios de investimentos.

2.5 Responsabilidades do Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

O Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado, conforme as disposições legais vigentes e esta Política de Investimentos, deve:

- Cumprir e fazer cumprir os princípios, limites e disposições regulamentares e desta Política de Investimentos;
- Acompanhar e monitorar o desempenho das carteiras e investimentos da Entidade;
- Monitorar os riscos das aplicações dos recursos garantidores do plano;
- Certificar-se que as funções de Administração, Gestão e Custódia dos Recursos da Entidade sejam segregadas, conforme exigência da legislação;
- Obter certificação em finanças por entidade de reconhecido mérito no mercado financeiro e verificar a mesma certificação dentre todos os participantes do processo decisório de investimentos da Entidade, conforme os prazos estabelecidos pela legislação;
- Evitar condições de conflito de interesses entre a Entidade e as Patrocinadoras;
- Zelar pela promoção de altos padrões éticos na condução das operações relativas à aplicação dos recursos da Entidade;
- Conforme as disposições legais vigentes, responder administrativa, civil e criminalmente pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos investimentos da **CP Prev**, bem como pela prestação de informações relativas às aplicações desses recursos, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos diretores da Entidade e respectivos Gestor(es) de Recursos e Custodiante;
- Propor alterações na presente Política de Investimentos sempre que ela ferir disposições legais vigentes, ou impossibilitar a obtenção dos desejados padrões técnicos e éticos.

O Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado pode:

- Opor-se à presente Política de Investimentos, ou revisões desta, apresentando em até 30 dias corridos, a partir da sua aprovação, parecer sobre pontos a que se opõe;
- Propor ao Conselho Deliberativo da **CP Prev** alteração na presente Política de Investimentos, que deve ser avaliada pelo Conselho Deliberativo da Entidade em um prazo não superior a 30 dias;
- Desligar-se de suas funções quando estiver impedido, por motivos de força maior, de exercer suas funções, conforme determinado nessa Política de Investimentos. Nesse caso, deve encaminhar ofício ao Conselho Deliberativo, expondo os motivos do impedimento;
- Desligar-se de suas funções, com aviso prévio de 30 dias;
- Propor à Diretoria Executiva a nomeação, substituição e destituição de Gestores de Recursos, conforme Política definida neste documento;
- Propor à Diretoria Executiva a contratação de consultoria a fim de auxiliá-lo nas suas atribuições;
- Propor à Diretoria Executiva substituição do(s) Custodiante(s);
- O Mandato do Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado tem prazo determinado de 5 anos, podendo ser reconduzido conforme o Estatuto da **CP Prev**.

2.6 Responsabilidades do(s) Administrador(es) de Recursos Contratados

O(s) Administrador(es) de Recursos deve(m):

- Se responsabilizar por toda a Administração dos recursos do Plano da Entidade e pelas informações, perante a Diretoria Executiva e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), devendo estar identificado no regulamento;
- Elaborar os livros de atas de assembleias;
- Manter a escrituração das operações praticadas com recursos do(s) plano(s) da Entidade, incluindo os respectivos registros contábeis;
- Gerenciar as movimentações de recursos do Plano da Entidade;
- Distribuir ou repassar os rendimentos devidos;
- Receber valores em nome da Entidade;
- Prontamente notificar a Entidade caso, em algum momento, exista um investimento ou grupo de investimentos que estejam em desacordo com o regulamento do fundo ou contrato de administração de carteiras;

- Informar a Entidade todos e quaisquer custos envolvidos na gestão dos recursos, tais como: taxa de administração, taxa de performance, auditoria, corretagem, publicação;
- Informar a Entidade a(s) política(s) de corretagem, incluindo retenção de Soft Dollar, ou seja, a retenção/repasse de quaisquer descontos nas taxas básicas de corretagem, obtidas pelo Gestor de Recursos.

2.7 Responsabilidades do(s) Gestor(es) de Recursos

As responsabilidades do(s) Gestor(es) de Recurso(s) devem ser estabelecidas em Contrato de Gestão específico e, quando necessário, detalhado por meio de Mandato de Gestão, o qual o gestor tem que aceitar formalmente.

Incluem-se entre as responsabilidades do(s) Gestor(es) de Recursos:

- Realizar a gestão dos ativos do Plano da Entidade, conforme a legislação em vigor e as restrições e diretrizes contidas no Documento Mandato ao(s) Gestor(es) de Recursos e em qualquer outro Documento suplementar que a Entidade vier a prover;
- Aplicar os recursos ou parte dos recursos do Plano da Entidade em fundos de investimentos somente se os ativos integrantes das carteiras dos mesmos forem permitidos pela legislação em vigor e pelas restrições e diretrizes contidas neste Documento e/ou em qualquer outro Documento suplementar que a CP Prev vier a prover;
- Determinar a alocação de recursos no curto prazo e a seleção de títulos e valores mobiliários de acordo com seu(s) Mandato(s) de Investimentos;
- Reunir-se periodicamente com a Entidade para apresentar suas análises de performance dos investimentos e para descrever suas estratégias de investimentos presente e futuras de acordo com seus mandatos de investimentos. As reuniões com o(s) Gestor(es) de Recursos podem ocorrer em qualquer forma e tempo, conforme agenda determinada pela Entidade em comum acordo com os Gestores;
- Preparar e encaminhar Ata, quando aplicável, contendo, principalmente, diretrizes e objetivos de curto prazo;
- Preparar e entregar trimestralmente demonstrativos por escrito sobre a performance dos investimentos e propor estratégias de investimentos;
- Fornecer para a Entidade relatórios mensais sobre a posição patrimonial administrada, segmentada em classes de ativos e taxas de retornos obtidas;
- Fornecer para a Entidade relatórios mensais de gerenciamento de risco;

- Prontamente notificar a Entidade caso, em algum momento, exista um investimento ou grupo de investimentos que estejam em desacordo com o Documento Mandato ao(s) Gestor(es) de Recursos ou disposições legais;
- Aplicar/Investir em fundos de investimento (FI e FICFI), criados e mantidos de acordo com a legislação vigente aplicável a fundos de investimentos para Entidades Fechadas de Previdência Complementar;
- Identificar aspectos do Documento Mandato ao(s) Gestor(es) de Recursos, tangíveis às funções do Gestor, e passíveis de revisão em virtude de novas estratégias de investimentos ou mudanças no mercado de capitais, caso o Gestor os julgue pertinentes;
- Explicar as características de outras classes de ativos a serem consideradas e como essas classes podem apoiar na determinação dos objetivos da Entidade, obtenção de retornos ou redução de riscos;
- Informar prontamente a Entidade caso da existência de algum elemento no Documento Mandato ao(s) Gestor(es) de Recursos que inviabilize a obtenção dos objetivos da Entidade;
- Fornecer prontamente aos Agentes Custodiantes todas as compras e vendas de títulos e valores mobiliários individuais;
- Informar a Entidade, mensalmente, todos e quaisquer custos envolvidos na gestão dos recursos, tais como: taxa de administração, taxa de performance, auditoria, corretagem, publicação;
- Informar a Entidade, anualmente, sua política de corretagem, incluindo retenção de *Soft Dollar*, ou seja, a retenção / repasse de quaisquer descontos nas taxas básicas de corretagem, obtidas pelo *Asset Manager*;
- Reportar mensalmente todas as transações de investimentos para a Entidade identificando o custo da transação;
- Responsabilizar-se por uma administração ética, transparente e objetiva;
- Administrar os recursos do Plano da Entidade respeitando todos os limites e disposições legais;
- Assumir toda responsabilidade, incluindo o ressarcimento de multas ou perdas, provenientes do descumprimento de suas responsabilidades;
- Negociar títulos e valores mobiliários do segmento de renda fixa preferencialmente por meio de plataformas eletrônicas de negociação administradas por entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários;

- Quando operar em meio distinto às plataformas eletrônicas, devem informar à Entidade todos os valores negociados em mercado de balcão (compra e/ou venda) de quaisquer operações de renda fixa de carteiras administradas ou fundos de investimentos exclusivos juntamente com os referenciais de mercado definidos conforme a legislação em vigor;
- Comprovar perante a Entidade que todos os profissionais diretamente envolvidos no processo de investimentos encontram-se devidamente certificados por entidade de reconhecido mérito no mercado nacional e manter essa informação devidamente atualizada;
- Permitir a órgãos de fiscalização, consultoria e auditoria (interna da Entidade ou externa) acesso a todas as informações referentes a seus investimentos;
- Garantir que não há conflito de interesses entre o Gestor de Recursos, Custodiantes, Consultores, Entidade e suas Patrocinadoras, no que tange seu mandato de gestão. Assim, sempre que o Gestor identificar alinhamento de interesses com alguma das partes acima mencionadas deve prontamente informar à Entidade para que a mesma possa tomar as medidas necessárias;
- Garantir que as funções de Gestão, Administração e Custódia são segregadas, conforme determinação legal.

2.8 Responsabilidades do(s) Agente(s) Custodiante(s) Contratado(s)

As atividades do Agente Custodiante incluem, mas não se limitam a:

- Controlar e movimentar os títulos, valores mobiliários e demais operações integrantes das carteiras do Plano da Entidade;
- Executar a liquidação física e financeira das operações de acordo com a Política de Investimentos e legislação em vigor;
- Gerenciar a documentação e informações referentes aos eventos associados aos títulos e valores mobiliários;
- Receber e exercer direitos, resgates, amortizações e/ou reembolsos devidos dos títulos e valores mobiliários da Entidade;
- Valorizar a carteira e emitir o fluxo de caixa;
- Executar a reconciliação de custódia;
- Apurar e controlar impostos;
- Gerar relatórios de estoque da carteira;
- Controlar e atualizar os preços dos ativos custodiados.

O Agente Custodiante é responsável pela consolidação e pelo efetivo acompanhamento das movimentações dos títulos e valores mobiliários integrantes das

diversas carteiras que compõem os segmentos de renda fixa e renda variável. O Custodiante é responsável, ainda, pela verificação e controle da conformidade das operações efetuadas em meio distinto às plataformas eletrônicas.

2.9 Responsabilidades do(s) Consultor(es) de Investimentos

A Entidade pode decidir pela contratação de Consultoria de Investimentos para auxiliar o corpo diretivo em suas atribuições diárias. As atividades podem ser esporádicas ou rotineiras e são determinadas conforme contrato de prestação de serviços e seus respectivos aditamentos, os quais podem englobar as atividades que seguem:

- Trabalhar em conjunto com a Diretoria, Comitê de Investimentos e Conselho Deliberativo, orientando a condução estratégica do processo de investimentos;
- Reunir-se periodicamente com a Entidade para apresentar uma perspectiva independente sobre o desempenho dos investimentos frente aos objetivos estabelecidos pelos seus respectivos mandatos;
- Preparar relatórios de performance e avaliação de gestores, avaliando os riscos incorridos e a aderência em relação à legislação aplicável, mandatos de gestão e Política de Investimentos;
- Auxiliar a Entidade em processos de seleção de gestores de recursos;
- Conduzir trabalhos de ALM (*Asset Liability Management*), Estudos de Fronteira Eficiente ou semelhantes para embasamento técnico na definição de benchmarks e metas de alocação de recursos;
- Explicar as características de outras classes de ativos a serem consideradas e como essas classes poderiam apoiar na determinação dos objetivos da CP Prev, obtenção de retornos ou redução de riscos.

2.10 Critérios para Contratação e Processo de Avaliação e Penalização do(s) Gestor(es) de Recursos e Fundos

2.10.1 Critérios para Contratação

Os Gestores de Recursos são selecionados através de parâmetros de qualificação tais como: tradição, solidez, capacitação técnica ao atendimento dos objetivos da Entidade, representatividade da carteira de clientes, manutenção da base de clientes, qualidade e manutenção do quadro de profissionais envolvidos na gestão dos recursos, entre outros. Para auxiliar a Entidade na contratação e avaliação de Gestor(es) de Recursos, a Entidade pode contratar Consultoria Especializada.

2.10.2 Análise de Performance, Processo de Seleção, Avaliação Quantitativa e Qualitativa do(s) Gestor(es) de Recursos

Mensalmente, a performance do(s) Gestor(es) de Recursos é avaliada em relação aos benchmarks determinados para cada segmento e carteira total.

A análise das rentabilidades contempla a avaliação da capacidade do(s) Gestor(es) de Recursos em agregar valor ao seu mandato, mantendo os riscos das carteiras dentro dos parâmetros definidos em mandato.

O processo de avaliação de gestores deve considerar os aspectos relacionados a seguir:

Quantitativo

- Janelas utilizadas de 12, 24 e 36 meses.
- Pesos (percentual);
- Indicadores Qualitativos;
- Indicadores Quantitativos (Retorno e Risco).

Qualitativo:

- Aderência da gestão aos Mandatos definidos neste documento;
- Consistência das atividades de gestão dos investimentos, segundo o estilo e filosofia contratados;
- Retenção do quadro de profissionais e reposição dos profissionais perdidos por aposentadoria, desligamento, etc.;
- Qualidade da comunicação com a Entidade;
- Competitividade das taxas de administração e;
- Características da(s) empresa(s) de administração de recursos (empresa(s) controladora(s), crescimento dos ativos gerenciados, clientes ganhos e perdidos, etc.).

2.10.3 Penalizações do(s) Gestor(es) de Recursos

Comete(m) falta grave o(s) Gestor(es) de Recursos que não estiver(em), a qualquer momento, enquadrado(s) nos itens determinados nessa Política e que tenha(m) ativamente desenquadrado a carteira em relação aos limites estabelecidos pela legislação vigente assim como quando sua(s) performance(s) se diferenciar(em) consistentemente (nos últimos 24 meses) do parâmetro de performance e da relação risco-retorno verificada, no médio prazo, para os benchmarks.

O(s) Gestor(es) de Recursos que cometer(em) falta grave pode(m) perder a carteira, sem prévio aviso e prejuízo de quaisquer responsabilidades que lhe(s) possam ser atribuídas, até mesmo aquelas de caráter pecuniário.

3. DIRETRIZES DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS, “BENCHMARKS DA CARTEIRA” E OBJETIVOS DE PERFORMANCE DO FUNDO

Considerando se tratar das diretrizes do Plano de Gestão Administrativa da CP Prev, a seguir, apresentamos as diretrizes que devem ser acompanhadas pelo Gestor para a gestão dos recursos do PGA.

3.1 Objetivo de Retorno para o PGA

A CP Prev utilizará o benchmark global como meta de retorno.

No quadro a seguir, registram-se as estimativas de retorno da Entidade para 2023 para o PGA, em relação a cada segmento de aplicação.

PGA	2023 (projeções)
Renda Fixa	13,79%
Investimentos Estruturados	14,91%
Global	13,85%

A estimativa de retorno dos investimentos para o ano de 2023 foi definida com base no cenário econômico projetado, considerando as possíveis variações que os principais indicadores podem sofrer

3.2 Alocação dos Recursos – Limites e Target para Exposição da Carteira da Entidade:

Para Alocação de recursos, a Entidade criará uma carteira administrada específica, com segregação física de recursos e deve obedecer aos limites e metas estabelecidas neste documento, com parâmetros alinhados à características do Plano de Gestão Administrativa da CP Prev.

PGA	Mínimo	Target	Máximo
Renda Fixa	90%	95,0%	100%
Estruturado	0%	5%	10%

3.3 Limites

As aplicações do Plano devem observar os limites estabelecidos por esta Política de Investimento, pela Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022, conforme definidas nas tabelas a seguir.

Modalidades de Investimentos	Limites Legais	PGA
Renda Fixa	100%	100%
Títulos da dívida pública mobiliária federal interna	100%	100%
Cotas de fundo de índice de renda fixa composto por títulos da dívida pública mobiliária federal interna		100%
Ativos financeiros de renda fixa de emissão com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil	80%	80%
Ativos financeiros de renda fixa de emissão de sociedade por ações de capital aberto, incluídas as companhias securitizadoras		
Cotas de fundo de índice de renda fixa, nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários		
Títulos das dívidas públicas mobiliárias estaduais e municipais, desde que emitidos antes da vigência da Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014		
Obrigações de organismos multilaterais emitidas no País		
Ativos financeiros de renda fixa de emissão, com obrigação ou coobrigação, de instituições financeiras não bancárias e de cooperativas de crédito, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil	20%	20%
Debêntures emitidas por sociedade por ações de capital fechado nos termos do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.		
FIDC e FICFIDC, CCB e CCCB, sendo que CCCB latreadas em CCB emitidas por sociedades limitadas somente poderão ser adquiridas caso as referidas CCB sejam coobrigadas por instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil		
CPR, CDCA, CRA e WA		
<i>Com exceção dos Títulos da dívida pública mobiliária federal interna, o conjunto dos demais ativos financeiros deve respeitar o limite de até 80% dos recursos de cada plano</i>		
Renda Variável	70%	0%
Segmento Especial: ações, bônus de subscrição em ações, recibos de subscrição em ações, certificados de depósito de valores mobiliários e em cotas de fundos de índice referenciados em ações de emissão de sociedade por ações de capital aberto cujas ações sejam admitidas à negociação em segmento especial, instituído em bolsa de valores, que assegure, por meio de vínculo contratual entre a bolsa e o emissor, práticas diferenciadas de governança	70%	0%
Segmento não Especial: ações, bônus de subscrição em ações, recibos de subscrição em ações, certificados de depósito de valores mobiliários e em cotas de fundos de índice referenciados em ações de emissão de sociedades por ações de capital aberto cujas ações sejam admitidas à negociação em bolsa de valores e que não estejam em segmento especial	50%	0%
BDR (Brazilian Depositary Receipt) classificados como nível II e III, em BDR lastreado em fundo de índice, e em cotas de fundo de índice do exterior admitido a negociação em bolsa de valores do Brasil, observada a regulamentação estabelecida pela CVM	10%	0%
Certificados representativos de ouro físico no padrão negociado em bolsa de mercadorias e de futuros.	3%	0%
Estruturado	20%	10%
FIP (cotas de fundos de investimento em participações), desde que qualificado como entidade de investimento, conforme regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários	15%	10%
FIM (cotas de fundos de investimento classificados como multimercado) e FICFIM (cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como multimercado).	15%	10%
Fundos de investimento classificados como "Ações – Mercado de Acesso", observada a regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários.	15%	0%
COE (Certificados de Operações Estruturadas)	10%	0%
Imobiliário	20%	0%
FII e FICFII		0%
CRI (certificados de recebíveis imobiliários)	20%	0%
CCI (cédulas de crédito imobiliário), sendo que CCI de emissão de sociedades por ações de capital fechado e sociedades limitadas somente poderão ser adquiridas com coobrigação de instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil		0%
Operações com Participantes	15%	0%
Empréstimos pessoais concedidos com recursos do Plano de benefícios aos seus participantes e assistidos.	15%	0%
Financiamentos imobiliários concedidos com recursos do Plano de benefícios aos seus participantes e assistidos.		0%
Exterior	10%	0%
FI e FICFI classificados como "Renda Fixa – Dívida Externa" ou títulos da dívida pública mobiliária federal externa.		0%
FI constituídos no Brasil sob a forma de condomínio aberto com o sufixo "Investimento no Exterior", nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários		0%
FI constituídos no Brasil sob a forma de condomínio aberto com o sufixo "Investimento no Exterior que invistam no mínimo 67% do seu patrimônio líquido em cotas de fundos de investimento constituídos no exterior	10%	0%
<i>Brazilian Depositary Receipts – BDR classificados como nível I e FIA - BDR nível I (cotas dos fundos da classe "Ações – BDR Nível I")</i>		0%
Outros ativos financeiros no exterior pertencentes às carteiras dos fundos constituídos no Brasil, que não estejam previstos nos Incisos anteriores.		0%

Alocação por Emissor	4.994	PGA
Tesouro Nacional	100%	100%
Instituição financeira bancária autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil	20%	20%
Demais emissores	10%	10%

Concentração por Emissor	4.994	PGA
% do PL de uma mesma Instituição Financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil	25%	25%
% do PL de FIDC ou FICFIDC	25%	25%
% do PL de fundo de índice de renda fixa e fundo de índice referenciado em ações de emissão de sociedade por ações de capital aberto, incluindo o fundo de índice do exterior admitido à negociação em bolsa de valores do Brasil;	25%	25%
% do PL de fundo de investimento ou fundo de investimento em cotas de fundo de investimento classificado no segmento estruturado	25%	25%
% do PL de FII ou FICFII	25%	0%
% do PL de fundos de investimento constituídos no Brasil sob a forma de condomínio aberto com o sufixo "Investimento no Exterior", nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários e demais ativos financeiros no exterior que não estejam previstos no art.26 da Resolução 4.994	25%	0%
% do PL separado constituído nas emissões de certificado de recebíveis com a adoção de regime fiduciário	25%	0%
% do PL de fundos de investimento constituídos no Brasil sob a forma de condomínio aberto com o sufixo "Investimento no Exterior que invistam no mínimo 67% do seu patrimônio líquido em cotas de fundos de investimento constituídos no exterior	15%	0%

Concentração por Investimento	4.994	PGA
% de uma mesma série de ativos financeiros de renda fixa	25%	25%
% de uma mesma classe de cotas de FIDC	25%	25%
% da quantidade de ações que representam o capital total e o capital votante, incluindo os bônus de subscrição e os recibos de subscrição, de uma mesma sociedade por ações de capital aberto admitida ou não à negociação em bolsa de valores	25%	0%

3.4 Precificação de Títulos e Valores Mobiliários

A metodologia para apreçamento deve observar as possíveis classificações dos ativos adotados pela CP Prev, observado adicionalmente o disposto na Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018.

O apreçamento dos ativos, independentemente da modalidade, será realizado pelo custodiante contratado pela CP Prev ou pelo custodiante dos fundos de investimento alocados. Dessa forma, pode-se estabelecer que esse apreçamento estará sujeito aos seguintes pontos:

- Metodologia: deve estar de acordo com o manual de precificação de ativos disponibilizado pelo agente custodiante, sendo clara e em consonância com as normativas legais;
- Fontes: poderão ser utilizados como fontes de referência os dados divulgados por instituições reconhecidas por sua atuação no mercado de capitais brasileiro, como a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e a B3. No caso de ativos com baixa liquidez, autoriza-se o uso de estudos específicos, elaborados por empresas especializados e com reconhecida capacidade;
- Modalidade: os ativos serão marcados a mercado.

É recomendável que todas as negociações sejam realizadas através de plataformas eletrônicas e em bolsas de valores e mercadorias e futuros, visando maior transparência e maior proximidade do valor real de mercado.

3.5 Objetivo de Retorno

Entende-se como índice de referência, ou benchmark, para determinado segmento de aplicação, o índice que melhor reflete a rentabilidade esperada para o curto prazo, isto é, para horizontes mensais ou anuais, conforme as características do investimento. Esse índice está sujeito às variações momentâneas do mercado.

3.6 Rebalanceamento das Carteiras

Apesar de todos os esforços para que não haja nenhum tipo de desenquadramento, esse tipo de situação não pode ser totalmente descartado. No caso de ocorrência de desenquadramento, os seguintes procedimentos mínimos devem ser observados:

- O desenquadramento ocasionado por erros ou falhas internas deve gerar procedimento de revisão de processos, e adequação formal dos mesmos;
- O desenquadramento gerado por descumprimento da legislação, no que concerne aos recursos investidos, deve gerar sanções ao gestor de recursos, que podem ir desde sua advertência formal até o resgate da totalidade dos recursos investidos;
- O desenquadramento gerado de natureza passiva não são considerados como infringência aos limites da legislação vigente, sendo que o reenquadramento deverá ser realizado conforme os ditames legais. No caso de desenquadramento passivo referente a alocação entre segmentos, o Gestor de recursos deve ajustá-lo obrigatoriamente sempre que romperem em 10% os limites determinados no item 3.2 deste documento.

3.7 Metodologia e Critérios para Avaliação dos Riscos

A Entidade não possui administração própria e embora os controles sejam de responsabilidade do gestor, os parâmetros de riscos são acompanhados periodicamente pela **CP Prev**.

O objetivo deste capítulo é demonstrar a análise dos principais riscos, destacando a importância de se estabelecer regras que permitam identificar, avaliar, mensurar, controlar e monitorar os riscos aos quais os recursos do plano estão expostos, entre eles os riscos integrados, atuarial, de solvência, de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, de terceirização, legal e sistêmico. Esse tópico disciplina ainda o monitoramento dos limites de alocação estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.994/2022 e por esta Política de Investimento.

3.7.1 Risco Integrado

A identificação dos riscos e a observância dos controles apresentados passam a ser primeira etapa para implantação de uma matriz de riscos pela CP Prev, contribuindo com a busca por uma gestão baseada em risco.

Para minimizar possíveis ônus financeiros decorrentes dos riscos existentes no Plano, foram definidos controles que estão descritos de forma mais detalhadas nos itens seguintes.

3.7.1.1 Mercado

O risco de mercado é caracterizado pela possibilidade de variação dos preços dos ativos.

Para Renda Fixa o risco é medido pelo Value at Risk relativo (B-VaR) com intervalo de confiança de 95%, para Renda Variável, o risco é medido pelo Tracking Error, com intervalo de confiança de 67%, conforme abaixo:

O limite de exposição a risco para cada segmento é dado por:

- Renda Fixa: B-VaR de 1,3% em relação ao Benchmark de renda fixa, para um período de 21 dias úteis;
- Investimento Estruturado: VaR absoluto de 10%, para um período de 21 dias úteis;

3.7.1.2 Crédito

A CP Prev delega para o gestor de recursos a aprovação de limites de crédito para os emissores de títulos de Renda Fixa. São usadas as avaliações das agências classificadoras de risco.

É importante que o gestor analise, também, aspectos financeiros como capacidade de pagamento, histórico de atuação, governança, controle acionário e impactos políticos (caso existam).

Não são permitidos investimentos em títulos que sejam considerados de médio/alto risco de crédito quer por agência classificadora de risco ou comitê de crédito do Gestor de Recursos, conforme tabela abaixo:

Agência Classificadora de Risco	Rating Mínimo
<i>Standard & Poor's</i>	BrBBB- ou brA-3
<i>Moody's</i>	Baa3.br ou BR-3
<i>FITCH Atlantic</i>	BBB-(bra) ou F3(bra)

Caso mais de uma agência elegível classifique o mesmo papel, será considerado, para fins de enquadramento, o pior rating.

Na ocorrência de desenquadramento passivo, a Entidade deverá ser informada imediatamente pelo gestor de investimentos sobre a posição, detalhando o emissor

do ativo, indicar se a marcação a mercado do título foi ajustada, bem como, a análise e a recomendação sobre a manutenção ou venda do mesmo. A Diretoria Executiva da CP Prev deverá se manifestar sobre a ação a ser tomada e informar o Conselho Deliberativo.

Não serão permitidas aquisições de títulos considerados de alto risco de crédito por agência classificadora em operação no Brasil ou pelo Comitê de Investimentos do gestor.

Relativamente aos títulos e valores mobiliários listados a seguir, será adotado, para fins da classificação prevista neste Item, o critério de classificação atribuído ao respectivo título ou valor mobiliário:

- Títulos de emissão de estados e municípios; debêntures; certificados de recebíveis imobiliários; certificados representativos de contratos mercantis de compra e venda a termos de mercadorias e de serviços (que atendam à Resolução 2801/00), e demais valores mobiliários de renda fixa de emissão de sociedades anônimas, inclusive as de objeto exclusivo, cuja distribuição tenha sido registrada na CVM.

Relativamente aos títulos e valores mobiliários listados a seguir, será adotado, para fins da classificação prevista neste Item, o critério de classificação atribuída ao respectivo emissor do título ou valor mobiliário:

- Certificados e recibos de depósito bancário e os demais títulos de emissão ou coobrigação de instituição financeira ou outra instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central, e depósitos de poupança em instituição financeira.

Fica esclarecido que o fato de uma instituição ser classificada com base no entendimento anterior, como Baixo Risco de Crédito, não implica necessariamente a aprovação pelo administrador do risco de crédito da referida instituição, nem a aquisição dos seus respectivos títulos e valores mobiliários.

Em atendimento à Instrução Previc nº 42, de 11 de Outubro de 2021, a CP Prev elaborou um Manual de Avaliação e Classificação de Crédito, com o objetivo de definir os procedimentos para acompanhamento e classificação dos ativos financeiros de natureza de crédito, para definição das provisões.

3.7.1.3 Liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez será preocupação constante para a Entidade. Desta forma a gestão da liquidez dos ativos do plano deve buscar eliminar a possibilidade de que haja qualquer dificuldade em honrar seus compromissos s no curto prazo.

O risco de liquidez compreende o risco de ocorrência das seguintes situações:

- Indisponibilidade de recursos para liquidação de suas obrigações atuariais (Passivo) na sua respectiva competência;
- Posições em determinados ativos que estejam sujeitos a variações abruptas de preço por liquidez baixa ou inexistente (Ativo).

3.7.1.4 Operacional

A Entidade registra eventuais perdas operacionais incorridas, realiza avaliações periódicas de suas atividades e processos, identificando os riscos inerentes e a efetividade dos controles praticados e quando necessário implanta planos de ação para mitigar os riscos identificados e aprimorar os controles, mecanismo que resulta em menor exposição a riscos.

O Risco Operacional caracteriza-se como “a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos”. A gestão será decorrente de ações que garantam a adoção de normas e procedimentos de controles internos, alinhados com a legislação aplicável.

Dentre os procedimentos de controle podem ser destacados:

- Conhecimento e mapeamento profundo de seus procedimentos operacionais;
- Avaliação dos pontos sujeitos a falhas de qualquer tipo;
- Avaliação dos impactos das possíveis falhas;
- Avaliação da criticidade de cada processo, em termos dos erros observados e dos impactos causados;
- A definição de rotinas de acompanhamento e análise dos relatórios de monitoramento dos riscos descritos nos tópicos anteriores;
- O estabelecimento de procedimentos formais para tomada de decisão de investimentos;
- Acompanhamento da formação, desenvolvimento e certificação dos participantes do processo decisório de investimento; e
- Formalização e acompanhamento das atribuições e responsabilidade de todos os envolvidos no processo de planejamento, execução e controle de investimento.

As atividades críticas são revistas de forma prioritária, e as demais são revistas conforme a necessidade. Esse processo é realizado rotineiramente, de forma a prover a segurança necessária.

3.7.1.5 Legal

O risco legal está relacionado à não conformidade com normativos internos e externos, podendo gerar perdas financeiras procedentes de autuações, processos judiciais ou eventuais questionamentos. O controle dos riscos dessa natureza, que incidem sobre atividades e investimentos, será feito por meio:

- Da realização de relatórios de compliance, que permitam verificar a aderência dos investimentos às diretrizes da legislação em vigor e à Política de Investimento, realizados com periodicidade mensal e analisados pelo Conselho Fiscal;
- Da utilização de pareceres jurídicos para contratos com terceiros, quando necessário.

3.7.1.6 Sistemico

Mesmo diante da dificuldade de gerenciar e avaliar o risco sistêmico, a CP Prev procurará buscar informações no mercado que a auxiliem nesta avaliação e tomará todas as medidas cabíveis sempre que identificar sinais de alerta no mercado. Risco sistêmico refere-se ao risco de colapso de todo um sistema financeiro ou mercado, com forte impacto sobre as taxas de juros, câmbio e os preços dos ativos em geral, e afetando amplamente a economia - em contraste com o risco associado a uma entidade individual, um grupo ou componente de um sistema.

Assim, pode ser definido como uma instabilidade potencialmente catastrófica do sistema financeiro, causada ou exacerbada por eventos ou condições peculiares que afetem os intermediários financeiros. Riscos sistêmicos são decorrentes das interligações e da interdependência entre os agentes de um sistema ou mercado, no qual a insolvência ou falência de uma única entidade ou grupo de entidades pode provocar falências em cadeia, o que poderia levar o sistema inteiro ou o mercado como um todo à bancarrota.

Para o monitoramento do risco sistêmico será calculado o VaR e Stress da carteira consolidada conforme parâmetros já estabelecidos anteriormente.

Na tentativa de redução a suscetibilidade dos investimentos a esse risco, a alocação dos recursos levará em consideração à diversificação de setores e emissores, bem como a diversificação de gestores externos de investimento. O objetivo é reduzir a possibilidade de inoperância desses prestadores de serviço em um evento de crise.

3.7.1.7 Risco de Terceirização

Na administração dos recursos financeiros a CP Prev utiliza a terceirização total dos investimentos. Esse tipo de operação delega determinadas responsabilidades a gestores externos, porém não isenta a Entidade de responder legalmente perante os

órgãos fiscalizadores. Neste contexto, a **CP Prev** faz o acompanhamento de seu gestor, através de reuniões periódicas e suportada por relatórios gerenciais e comparativos de mercado.

3.8 Política para Uso de Derivativos

A CP Prev estabelece que, para a realização de operações com derivativos, devem ser obedecidos os limites, todas as condições e controles necessários para atuação nos correspondentes mercados de Renda Fixa e de Renda Variável estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.994 e demais legislações aplicáveis. Todas as operações de derivativos (Swap, Futuro, Termo e Opções) devem ser garantidas por Bolsa de Valores ou de Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa – Bolsa de Valores e de Mercadorias e Futuros).

Não são permitidas operações de derivativos para fins de alavancagem, ou seja, o valor nocional líquido de todos os derivativos empregados na gestão de carteiras e fundos não pode ser superior ao respectivo patrimônio líquido das carteiras ou fundos.

Não são permitidos lançamentos de opções a descoberto.

3.9 Aluguel de Títulos e Valores Mobiliários

A carteira não possui investimentos no segmento de renda variável, portanto, não possibilita operações dessa natureza.

4. CONFLITOS DE INTERESSE E ESPONSABILIDADES

4.1 Agentes Envolvidos

- A Entidade (Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria);
- O Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (Resolução CMN nº 4.994);
- O(s) Administrador(es) de Recursos;
- Qualquer funcionário, agente ou terceiro envolvido na prestação de serviços relacionados à gestão de recursos da Entidade.

4.2 Conflito de Interesse

- Nenhum dos agentes, acima listados, podem exercer seus poderes em benefício próprio ou de terceiros. Não podem, também, se colocar em situações de conflito ou de potencial conflito entre seus interesses pessoais, profissionais, das Patrocinadoras e deveres relacionados à gestão dos recursos da CP Prev;
- Os agentes, acima listados, devem expor qualquer associação direta, indireta ou envolvimento que poderiam resultar qualquer percepção atual ou potencial de conflito de interesses em relação aos investimentos da Entidade.

É vedado à CP Prev realizar quaisquer operações comerciais e financeiras:

- Com seus administradores, membros dos conselhos estatutários e respectivos cônjuges ou companheiros, e com seus parentes até o segundo grau;
- Com empresa de que participem as pessoas a que se refere o item anterior, exceto no caso de participação de até cinco por cento como acionista de empresa de capital aberto;
- Tendo como contraparte, mesmo que indiretamente, pessoas físicas e jurídicas a elas ligadas.

A referida vedação não se aplica aos Patrocinadores, aos Participantes e aos Assistidos, que, nessas condições, realizarem operações com a entidade de previdência complementar, nos termos e condições previstos na Res. CMN nº 4.994/2022.

4.3 Procedimento do *Disclosure*

Os agentes, acima listados, devem:

- Revelar à CP Prev de forma escrita a natureza e a extensão de seus potenciais conflitos para fins de gerenciamento prévio de potenciais conflitos de interesses;
- Manter a CP Prev atualizada sempre que constatar a ocorrência de um potencial conflito de interesse;

A CP Prev deverá solicitar aos seus prestadores:

- Documento comprobatório que ateste a situação de potenciais conflitos de interesses;

- Ajustar os contratos de seus prestadores para que atendam os requisitos dispostos deste capítulo.

5. RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E PRÁTICAS DE BOA GOVERNANÇA

A CP Prev, suas Patrocinadoras, Participantes e Assistidos, prezam muito os princípios de respeito ao meio ambiente, convívio social e as boas práticas de governança. Portanto, recomenda-se a todos os contratados e prepostos da Entidade observar e zelar por esses princípios.

Aos gestores de recursos da Entidade recomenda-se, fortemente, observar esses princípios na hora de selecionar os investimentos que são feitos com os recursos do Plano da CP Prev, alocando-os, preferencialmente, em empresas que reconhecidamente incorporam em suas atividades elevados valores sociais e ambientais, além de adotarem altos padrões de governança corporativa e transparência em suas operações.

Entretanto a Entidade não irá impor qualquer limite de investimento que exija a observância de fatores de princípios ambientais, sociais e de governança, cabendo ao Gestor contratado tomar esse tipo de decisão. Os princípios socioambientais serão observados sempre que possível, sem adesão a protocolos e regras.

São Paulo, 1 de Dezembro de 2022.

Conselho Deliberativo:

DocuSigned by:
Marcos Alexandre Moreira
554554CFE1404D2
Marcos Alexandre Moreira
Conselheiro Presidente

DocuSigned by:
Marcelo José Alves
71064D1779BE482
Marcelo José Alves
Conselheiro

DocuSigned by:
Renata Herrera
89866F177A37406
Renata Herrera
Conselheira

DocuSigned by:
Roberto Varkulja
154EE806841E449
Roberto Varkulja
Conselheiro

DocuSigned by:
Leandro Drimus
E8F1B805E4DA40C
Leandro Tadeu Drimus Elias
Conselheiro

DocuSigned by:
Simone C. de Almeida Argenton
61080C011EDC4E7
Simone C. de Almeida Argenton
Conselheira

Diretoria Executiva:

DocuSigned by:
Afonso Celso Montesanti
EE332D7104AA4E2
Afonso Celso Montesanti
Diretor Superintendente

DocuSigned by:
Fernanda Rinco
4AD2907EE37D4D7
Fernanda Rinco
Diretora AETQ – Investimentos

DocuSigned by:
Alexandra Sanches Valeta
6FD82D281D324E2
Alexandra Sanches Valeta
Diretora ARPB

DocuSigned by:
Ronaldo B. de Vitto
13D2C20583854DD
Ronaldo Boselli de Vitto
Diretor